

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 14, NÚMERO 5 - JULHO 2018



## Desenvolvimento sustentável: uma conversa para poucos?

### DEMOCRACIA AMBIENTAL

Acordo de Escazú: rumo a sociedades mais transparentes, participativas, justas e sustentáveis

### AGRONEGÓCIO

Como a adequação ao Código Florestal pode transformar a agropecuária brasileira

### G20

G20: re-imaginando a formulação de regras globais sobre comércio e mudança climática



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 14, NÚMERO 5 - JULHO 2018

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varela Miranda

Eugenia Dinivitzer

Julia Milla Gadret

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## DEMOCRACIA AMBIENTAL

- 4 **Acordo de Escazú: rumo a sociedades mais transparentes, participativas, justas e sustentáveis**  
*Valeria Torres*

## DEMOCRACIA AMBIENTAL

- 8 **Avanços no fortalecimento da democracia ambiental: um olhar do México**  
*Marisol Anglés Hernández*

## COMÉRCIO JUSTO

- 12 **O movimento por um comércio justo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**  
*Marco Coscione*

## AGRONEGÓCIO

- 17 **Como a adequação ao Código Florestal pode transformar a agropecuária brasileira**  
*Rodrigo Lima*

## G20

- 20 **G20: re-imaginando a formulação de regras globais sobre comércio e mudança climática**  
*James Bacchus*

- 23 **Publicações**

## Convergência de valores?



*A construção da ideia de “desenvolvimento sustentável” exige atenção aos fatores que moldam sua operacionalização. De fato, a materialização de qualquer meta na dimensão ambiental se encontra inserida em uma lógica específica de organização econômica e social. Fosse a conservação dos recursos naturais um fim em si mesmo, bastaria a adoção de políticas restritivas para atingir o objetivo. No entanto, discutir o significado do termo “sustentabilidade” representa um esforço necessariamente vinculado a outros valores que sustentam a vida em sociedade.*

*Buscando contribuir com tal processo de construção, o presente número do Pontes oferece a você, prezado(a) leitor(a), artigos que nos permitem refletir sobre os fundamentos para a promoção do desenvolvimento sustentável. As contribuições publicadas a seguir enquadram o ideal da “sustentabilidade” em um contexto mais amplo – e, portanto, povoado por inúmeros valores e objetivos. Afinal, definição alguma de desenvolvimento sustentável sobreviverá caso não abarque os anseios daqueles que a mobilizam.*

*Será a igualdade – ou, ao menos, uma interpretação particular de justiça – necessária para intercâmbios econômicos sustentáveis? Qual o papel da democracia na criação de políticas capazes de mediar os interesses das gerações presentes e futuras quanto à utilização de recursos naturais? Até que ponto legislações ambientais mais estritas constituem uma fonte de vantagem competitiva a empresas ou países? De que maneira a governança global pode influenciar desfechos que, em grande medida, resultam de comportamentos no âmbito local?*

*Essas e outras perguntas inspiram um esforço que não se esgota no presente número do Pontes. Em um momento marcado pelas ameaças à estabilidade da ordem internacional vigente, talvez sejam os valores aquilo que permitirá uma transição consistente em direção a um novo equilíbrio. Terá a ideia de “sustentabilidade” força suficiente para trazer algo de previsibilidade à busca de metas futuras? De que maneira o desenvolvimento sustentável influenciará a emergência de padrões de competição e cooperação entre os Estados nas próximas décadas?*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

*Equipe Pontes*

## DEMOCRACIA AMBIENTAL

# Acordo de Escazú: rumo a sociedades mais transparentes, participativas, justas e sustentáveis.

Valeria Torres

*Com foco nos direitos de acesso como nexos centrais entre as políticas de meio ambiente e direitos humanos, a autora detalha o processo que deu origem ao Acordo de Escazú e argumenta que seu caráter vinculante abre perspectivas auspiciosas para a região.*

Em 4 de março de 2018, em Escazú (Costa Rica), um novo capítulo em matéria de democracia ambiental começou a ser escrito na América Latina e Caribe, com a adoção do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais<sup>1</sup>. O Acordo é o resultado de um processo intergovernamental aberto, transparente e participativo, que permite a aplicação do Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992<sup>2</sup>.

A origem do Acordo remonta à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), de 2012<sup>3</sup>, e se concretiza após dois anos de reuniões preparatórias (2012-2014) e nove reuniões do Comitê de Negociação estabelecido em 2014. A negociação foi liderada por uma mesa diretiva, formada por Chile e Costa Rica à frente da copresidência, e Argentina, México, Peru, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago na vice-presidência.

## O caminho para Escazú

Um dia após a adoção do Acordo Regional, o relator especial das Nações Unidas sobre direitos humanos e meio ambiente destacou que este era um dos tratados ambientais e de direitos humanos mais importantes dos últimos 20 anos<sup>4</sup>. O Acordo é sinal de um reconhecimento cada vez maior de que os direitos de acesso constituem parte central da relação entre meio ambiente e direitos humanos. Assim, o acesso à informação, à participação e à justiça em assuntos ambientais possibilita políticas de proteção ambiental mais transparentes e bem informadas. Por sua vez, isso contribui para a concretização de outros direitos humanos essenciais, como o direito à vida, à saúde e à alimentação.

As últimas décadas registraram avanços importantes na América Latina e Caribe quanto ao reconhecimento legal dos direitos de acesso à informação, participação e justiça em assuntos ambientais. Em muitos casos, a garantia desses direitos foi possibilitada por decisões judiciais que ampliaram e fortaleceram a interpretação das leis que os resguardam<sup>5</sup>.

Por outro lado, os países signatários da Declaração de 2012 – que deu início às negociações que levaram ao Acordo – reconhecem que a implementação desses direitos ainda enfrenta desafios na América Latina e Caribe, exigindo uma ação mais concertada, proativa e eficaz. Apesar dos significativos avanços registrados nas últimas décadas, o marco legal que permite a aplicação do Princípio 10 ainda não está completamente desenvolvido ou encontra dificuldades de implementação em muitos países da região. Na maioria dos países da América Latina e Caribe, as pessoas que vivem em situação de pobreza, assim como os grupos indígenas e afrodescendentes, enfrentam inúmeros obstáculos para exercerem seus direitos.

A fim de combater a desigualdade e avançar na direção de sociedades mais pacíficas, justas e sustentáveis, é necessário garantir a todos os cidadãos os direitos de acesso à informação, participação e justiça em assuntos ambientais. Esses direitos não só permitem uma adequada abordagem dos problemas ambientais que afetam desproporcionalmente pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, como também permitem que as

## O Princípio 10

"A melhor forma de abordar os temas ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, no nível correspondente. No plano nacional, todo indivíduo deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades (...). Os governos deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação da população, mantendo a informação à disposição de todos".

necessidades desses grupos sejam levadas em conta nas políticas públicas, assegurando que ninguém seja excluído – tal qual reivindica a Agenda 2030.

Um dos temas de especial preocupação que surgiu durante as negociações do Acordo Regional foi a necessidade de garantir um ambiente seguro e propício para os defensores de direitos humanos em temas ambientais. Várias pesquisas indicam que a América Latina é a região mais arriscada do mundo para aqueles que defendem os direitos ao território e ao meio ambiente, bem como o acesso à terra. Nesse sentido, tanto os relatores especiais das Nações Unidas sobre a situação desses defensores quanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) têm convocado os governos da região a adotarem medidas de proteção para os defensores de direitos humanos, do meio ambiente, da terra e do território. Atenção especial deve ser dada à prevenção e investigação de ataques contra esses defensores, de modo que sua segurança possa ser garantida e, assim, também a continuidade de seu trabalho. Todos esses desafios figuram como conteúdo do Acordo Regional adotado em Escazú.

### Elementos centrais do Acordo Regional

O Acordo possui 26 artigos. O primeiro deles estabelece que seu objetivo é garantir a implementação plena e eficaz, na América Latina e Caribe, dos direitos de acesso à informação ambiental, participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais e acesso à justiça nesse campo. Também considera o fortalecimento das capacidades e a cooperação necessárias para o desenvolvimento sustentável e o cuidado com o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

O Acordo reconhece e explicita o vínculo entre os direitos de acesso, a democracia, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Foca nas pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social, a fim de eliminar as barreiras enfrentadas por determinadas populações no exercício de seus direitos em condições de igualdade, sem discriminação.

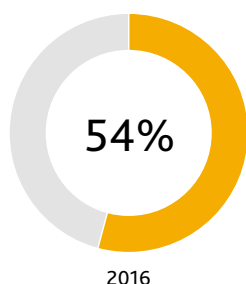
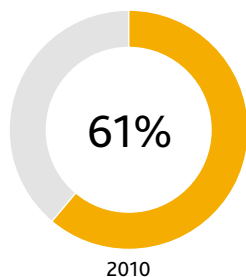
Fundamentalmente, o acordo estabelece obrigações dos países para com seu próprio povo, mas também estabelece obrigações entre as nações em termos de cooperação e capacitação, a fim de criar um padrão comum para a aplicação desses direitos. Incorpora, ainda, uma disposição específica para garantir a proteção dos defensores de direitos humanos na área ambiental.

### A razão de um acordo vinculante

Entre as razões apresentadas pelos países para criar um acordo desse tipo, podemos destacar as seguintes:

- a necessidade de que o Acordo se projete no âmbito interno dos países, favorecendo o desenvolvimento coordenado de medidas de natureza legal, regulatória, administrativa ou outras que permitam garantir a implementação das disposições;
- a possibilidade de contar com uma arquitetura institucional permanente para apoiar os governos na aplicação das disposições, o intercâmbio de informação e boas práticas e a cooperação regional, e que inclua ao menos uma Conferência das Partes, uma secretaria e um comitê de cumprimento;
- a necessidade de consolidar os esforços nacionais para o exercício efetivo dos direitos de acesso como uma política de Estado que transcenda os ciclos políticos. Ao agregar o plano regional, o Acordo favorece a definição de obrigações e compromissos para que os países garantam o cumprimento efetivo desses direitos ao longo do tempo, assim como mecanismos que contribuam para seu cumprimento e que apoiem os governos com esse objetivo;
- a possibilidade de abrir espaços e oportunidades para a cooperação regional e a capacitação, ao estabelecer mecanismos e canais para essa cooperação, o que inclui assistência técnica, cooperação Sul-Sul e intercâmbio de informação e boas práticas.

### Apoio à democracia na América Latina



Fonte: Latinobarômetro (2017)

Isso também permite facilitar ações concertadas e estratégias para melhor enfrentar os desafios da região;

- a possibilidade de enviar aos investidores estrangeiros e demais países (incluindo os aliados comerciais e de assistência) um sinal de compromisso dos países da região, tendo a boa governança e a participação pública como um elemento central para melhorar a qualidade da tomada de decisões em matéria ambiental e aumentar a confiança nas decisões adotadas;
- a possibilidade de garantir que todos os países possuam o mesmo nível mínimo em termos de acesso à informação, participação e justiça na área ambiental, contribuindo indiretamente também para nivelar as regras comerciais e aumentar a segurança jurídica na região; e
- a possibilidade de renovar o compromisso político assumido em 1992, ressaltando a vigência do multilateralismo.

### Próximos passos

O Acordo poderá ser assinado pelos 33 países da América Latina e Caribe em 27 de setembro de 2018, na sede das Nações Unidas, em Nova York, coincidindo com o segmento de alto nível da Assembleia Geral. A partir desse momento, e até 26 de setembro de 2020, poderá ser ratificado, levando em conta que os procedimentos variam segundo os requisitos nacionais de cada país. Após essa data, os países poderão aderir ao Acordo (ou seja, passo único, assinatura e ratificação conjunta). Assim como destaca o Artigo 22, o Acordo entrará em vigor 90 dias após ser depositado o 11º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

No intervalo entre a abertura para a assinatura do Acordo e a primeira Conferência das Partes, a ata final do Comitê de Negociação estabeleceu que os países que integraram a mesa diretiva (Argentina, Chile, Costa Rica, México, Peru, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago) continuarão liderando e conduzindo os trabalhos necessários, contando com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como Secretaria Técnica. Também foi definido que serão mantidas as modalidades de participação do público no que seja aplicável.

O Artigo 15 estabelece que o secretário-executivo da CEPAL convocará a primeira reunião da Conferência das Partes no máximo um ano após a entrada em vigor do Acordo. No ano seguinte, serão realizadas reuniões ordinárias da Conferência das Partes em intervalos regulares, definidos na Conferência.

### Reflexões finais

O Acordo Regional de Escazú é uma oportunidade histórica para que a América Latina e o Caribe avancem na construção de um padrão regional sólido, que permita a aplicação eficaz do Princípio 10 da Declaração do Rio, de 1992. Também permite o empoderamento das pessoas e comunidades para que participem ativamente nas decisões que afetam seu entorno e qualidade de vida, assim como na governança dos recursos naturais.

A ampla gama de desafios enfrentados pela região para avançar na direção de sociedades mais transparentes, participativas, justas e sustentáveis requer uma ação concertada de

*O Acordo Regional de Escazú é uma oportunidade histórica para que a América Latina e o Caribe avancem na construção de um padrão regional sólido, que permita a aplicação eficaz do Princípio 10 da Declaração do Rio, de 1992.*



todos os setores da sociedade. Assim, o fortalecimento da democracia ambiental através da participação efetiva de todos, inclusive dos povos indígenas e afrodescendentes, das organizações não governamentais e da academia, reforça e complementa a capacidade dos governos de enfrentar os assuntos ambientais e colocar em prática políticas orientadas ao desenvolvimento sustentável.

O momento para aprofundar a aplicação do Princípio 10 na região não poderia ser mais oportuno. Um dos aspectos colocados em evidência com a adoção da Agenda 2030 em setembro de 2015 é que o bem-estar humano está intrinsecamente vinculado à qualidade ambiental, paz, transparência e adoção de decisões inclusivas, participativas e representativas<sup>3</sup>. Desse modo, as conclusões e recomendações acordadas pelos governos durante a segunda reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, em abril de 2018, destacaram que o Acordo de Escazú é um passo importante para a realização da Agenda 2030<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> As opiniões expressadas neste documento são de exclusiva responsabilidade da autora e podem não coincidir com aquelas da CEPAL.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2tqJmzc>>.

<sup>3</sup> O Princípio 10 destaca que "a melhor forma de abordar os temas ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, no nível correspondente. No plano nacional, todo indivíduo deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades (...). Os governos deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação da população, mantendo a informação à disposição de todos". Disponível em: <<https://bit.ly/1ir106V>>.

<sup>4</sup> A Declaração sobre a aplicação do Princípio 10 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento pode ser consultada em: <<https://bit.ly/2lrBthK>>.

<sup>5</sup> A declaração foi feita no 37º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Disponível em: <<https://bit.ly/2Kf2tCM>>.

<sup>6</sup> Para uma revisão aprofundada do tema, consulte: *Acceso a la información, la participación y la justicia en asuntos ambientales en América Latina y el Caribe: hacia el logro de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*, CEPAL, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2lmvnPC>>.

<sup>7</sup> Ver: Torres, V. *Access to information, participation and justice in environmental matters and the post-2015 development agenda: recent developments in Latin America and the Caribbean*, documento apresentado na terceira conferência sobre governança ambiental e democracia da Universidade de Yale e Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), New Haven, 5 a 7 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2IC1r1V>>. Consulte também: CEPAL. *Conversatorio sobre la naturaleza del instrumento regional*, 2014 (LC/L.3938). Disponível em: <<https://bit.ly/2tFZBZa>>.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/28RGNsT>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/2Hrn9WF>>.



**Valeria Torres**

Oficial para Assuntos  
Econômicos na Unidade de  
Políticas para o  
Desenvolvimento Sustentável  
da Divisão de Desenvolvimento  
Sustentável e Assentamentos  
Humanos, CEPAL. E  
-mail: [valeria.torres@un.org](mailto:valeria.torres@un.org).

## DEMOCRACIA AMBIENTAL

# Avanços no fortalecimento da democracia ambiental: um olhar do México

Marisol Anglés Hernández

*Considerando a interação entre os requisitos de transparência na informação pública, o direito à participação e o acesso à justiça, a autora descreve os principais instrumentos para mensurar o avanço nos objetivos de democracia ambiental e analisa o estado da arte da legislação mexicana sobre o tema.*

Desde a década de 1970, o reconhecimento do direito humano de viver em um meio ambiente saudável faz parte da agenda internacional. Além disso, busca-se estimular a participação de atores não-estatais na construção, desenho, implementação e avaliação das políticas públicas ambientais – especialmente aquelas com alta probabilidade de repercutir negativamente na vida de certas pessoas, grupos ou ecossistemas.

Essa mudança impulsionou trabalhos voltados a garantir os direitos de acesso à informação, participação pública e justiça em assuntos ambientais. Na arena internacional, o instrumento que reconhece esses direitos de forma expressa é a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992. O Princípio 10 da Declaração estabelece que “O melhor modo de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, no nível apropriado. No nível nacional, cada indivíduo deverá ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre os materiais e as atividades perigosas em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados deverão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, pondo as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos”.

É claro que a informação tem um valor instrumental que serve como pressuposto do exercício de outros direitos e como base para que os governados exerçam algum controle a respeito do funcionamento institucional dos poderes públicos. Esse direito é consequência direta do princípio de transparência da informação pública, que se vincula, por sua vez, ao direito de participação – protegido por muitas constituições do mundo, como é o caso do México. No entanto, esse direito requer o acesso à informação. Nesse sentido, os dois direitos se retroalimentam e são indispensáveis para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável. Para isso, também é necessário o acesso à justiça, que exige processos acessíveis e ágeis, que garantam um sistema legal eficiente e em condições de igualdade para todas as pessoas<sup>1</sup>.

## Buscando a construção de uma democracia ambiental

Com o objetivo de criar instrumentos que permitam dar prosseguimento às ações governamentais em torno da garantia sobre os direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em matéria ambiental, o World Resources Institute (WRI) publicou, em 2015, um Índice de Democracia Ambiental (EDI, sigla em inglês), que avalia a qualidade das leis e demais normas juridicamente vinculantes que protegem e garantem esses direitos no nível nacional.

O trabalho do WRI consiste na elaboração de 75 indicadores em conformidade com as Diretrizes de Bali para a Elaboração de Legislação Nacional sobre o Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais – documento aprovado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os indicadores avaliam leis, regulamentos e outras normas juridicamente vinculantes, por exemplo:



## A dimensão "Transparência" no EDI

1. El Salvador
2. Colômbia
3. México
4. Brasil
5. Panamá

Fonte: EDI (2018)

- 1 a constituição e as interpretações que dela realizam os órgãos competentes (por exemplo, as Cortes Supremas ou Tribunais Constitucionais);
- 2 as leis nacionais sobre o direito à informação, à participação pública e ao acesso à justiça (inclusive à justiça administrativa);
- 3 as leis nacionais sobre gestão ambiental;
- 4 as leis nacionais e os regulamentos que regem o controle da contaminação (qualidade do ar, da água e do solo), avaliações de impacto ambiental, áreas protegidas, florestas e vida silvestre, assim como atividades industriais; e
- 5 as leis nacionais que regem a criação de políticas ambientais. Cabe ressaltar que o EDI não incluiu a análise da regulação sobre zonas marinhas, costeiras ou de energia.

O EDI também conta com 24 indicadores que avaliam se os direitos de acesso à informação, participação e justiça em matéria ambiental se manifestam *de facto* ou *de jure*. Por exemplo, verifica se os dados sobre a qualidade do ar estão disponíveis online, de forma acessível e com dados atualizados, em um portal de caráter nacional (federal). Com isso, busca valorizar as ações a favor da transparência e prestação de contas, bem como verificar se existem evidências de que a sociedade tem sido capaz de tomar decisões em casos de danos ambientais.

Disponível online<sup>2</sup>, a informação do índice permite que os usuários avaliem o grau de proteção desses direitos nos países avaliados. Por sua vez, isso permite identificar as deficiências e lacunas nos marcos jurídicos nacionais, podendo servir de base para priorizar iniciativas de lei que resolvam a ausência de normatividade e/ou as propostas de reformas de normas existentes que, por alguma razão, não estejam sendo eficazes na garantia dos direitos analisados.

Os aspectos mencionados acima estão em linha com a posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), segundo a qual não basta ter uma legislação interna ou disposições internas em conformidade com as obrigações internacionais exigidas do país, se algum desses direitos ou liberdades for violado<sup>3</sup>. A CIDH enfatizou que o mais importante é saber se a legislação é eficaz a fim de concluir se um país é responsável ou não por violações dos direitos protegidos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Assim, o EDI constitui um instrumento chave para a construção de agendas nacionais orientadas para o desenvolvimento sustentável. Em um universo de 70 países avaliados, o México ocupou a posição de número 19, com uma pontuação média de 2,43 em um máximo de 3. O país recebeu a maior pontuação no que tange ao acesso à informação (2,34), seguido do acesso à justiça (2,04). O menor valor foi obtido na participação pública: apenas 0,78.

Cabe ressaltar também que o EDI está em sintonia com o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais, adotado em março de 2018, em Escazú (Costa Rica). Trata-se de um instrumento de grande relevância para a região, já que seu objetivo principal é garantir a implementação plena e efetiva desses direitos, assim como a criação e o fortalecimento da capacitação e da cooperação,

---

*[o Índice de Democracia Ambiental (EDI)] avalia a qualidade das leis e demais normas juridicamente vinculantes que protegem e garantem esses direitos no nível nacional.*

---

## A dimensão "Participação" no EDI

1. Peru
2. Equador
3. Panamá
4. Venezuela
5. Colômbia

Fonte: EDI (2018)

a fim de assegurar que cada indivíduo, desta ou de futuras gerações, possa viver em um meio ambiente saudável e em uma sociedade sustentável.

### A experiência mexicana: conquistas e desafios quanto ao direito de acesso à informação ambiental

O México avançou de maneira significativa em termos de direito à informação, transparência e prestação de contas. A partir da Constituição, foram criados os seguintes ordenamentos: a Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública (LFTAIP), cujo objetivo é garantir o direito de acesso à informação pública de posse de qualquer autoridade, entidade, órgão e organismo dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, órgãos autônomos, partidos políticos, guardiões legais e fundos públicos, assim como de qualquer pessoa física, jurídica ou sindicato que receba e administre recursos públicos federais ou ocupe cargos de autoridade.

Um dos acertos da Lei é não exigir nenhum pré-requisito para solicitar informações. Portanto, qualquer pessoa pode solicitar, diretamente ou por meio de seu representante, acesso à informação junto à Unidade de Transparência, via Plataforma Nacional, no escritório ou escritórios designados para tal, por e-mail, correio, mensagem, telégrafo, verbalmente ou por qualquer meio aprovado pelo Sistema Nacional de Transparência.

Para garantir a transparência, devem ser colocadas à disposição do público, devidamente atualizadas, informações relevantes, como:

- 1 listas de áreas naturais protegidas (categoria, superfície, região e, entre outras, biodiversidade);
- 2 disponibilidade média anual de águas superficiais e subterrâneas por região hidrológica, inventário nacional de estações municipais de tratamento de esgoto;
- 3 lista de zonas contaminadas (tipo de contaminante e localização);
- 4 tipos de vegetação florestal e de solos (localização, formações e tipos), estado do desflorestamento e degradação, zonas de conservação, proteção, restauração e produção florestal;
- 5 estatísticas sobre infrações (causa e descrição), índice de participação cidadã, critérios e indicadores de sustentabilidade, desflorestamento e degradação dos ecossistemas florestais;
- 6 sistemas de administração de segurança industrial, segurança operativa e proteção ao meio ambiente;
- 7 autorizações em matéria de impacto e risco ambiental; de emissão de substâncias, gases ou partículas sólidas ou líquidas na atmosfera; de resíduos perigosos e de manejo especial; assim como o registro de planos de manejo de resíduos, de recuperação de locais contaminados e de mudança de uso do solo em áreas florestais;
- 8 licenças para a liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados para biorremediação de locais contaminados com hidrocarbonetos; e
- 9 volumes de uso da água; a situação geográfica e todos os produtos químicos utilizados no fluido de fraturamento por poço, os volumes de água de esgoto recuperada, os volumes de água infectada por esgoto, as emissões de metano na atmosfera e os programas de manejo de água utilizada por poço.

O setor extrativo deve responder a exigências tanto nacionais quanto internacionais, já que, desde setembro de 2017, o México faz parte da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas. A fim de incluir todos os poderes públicos do Estado nesse compromisso e, em geral, toda pessoa física e jurídica que receba e administre recursos

públicos ou que detenha posição de autoridade nas diferentes instâncias e níveis do governo, foi criada a Lei Geral de Transparência e Acesso à Informação Pública. Ela reitera as obrigações em matéria ambiental referidas na LFTAIP.

Como se percebe, a responsabilidade compartilhada em relação à proteção ambiental está inserida no contexto da defesa dos direitos humanos, sendo o direito ao acesso à informação uma ferramenta indispensável para fazer cumprir outros direitos, como aquele referente à consulta e participação na tomada de decisões, o direito a um meio ambiente saudável e à saúde. Isso implica um dever proporcional dos governos em termos de transparência e prestação de contas.

Além disso, a Lei Geral de Equilíbrio Ecológico e Proteção do Ambiente regula a figura da denúncia popular como mecanismo para vincular de maneira direta qualquer pessoa, sem pré-requisitos, na vigilância do cumprimento da normatividade, através da denúncia junto à Procuradoria Federal de Proteção ao Meio Ambiente. Com isso, é colocada ao público a possibilidade de denunciar toda atividade, ato ou omissão que produza ou que possa produzir desequilíbrio ecológico ou danos ao meio ambiente ou aos recursos naturais, ou que viole os ordenamentos que regulam temas ambientais e a preservação e restauração do equilíbrio ecológico.

Ainda que essa figura tenha sido incorporada em várias leis setoriais que tratam de aspectos ambientais, os dispositivos mais recentes com uma importante incidência ambiental<sup>5</sup> carecem dessa alternativa, restringindo o exercício da participação pública em assuntos de grande relevância ambiental, o que constitui uma regressão normativa a ser resolvida com urgência.

---

❶ Fonte: Anglés Hernández, Marisol. Algunas vías de acceso a la justicia ambiental. In: Esquivel, G.; Ibarra, P. F.; Salazar, U. P. (coords.). *Cien ensayos para el Centenario, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*, T. 2, México, Instituto de Pesquisas Jurídicas, 2017, p. 2.

❷ Disponível em: <<https://bit.ly/1Ehu6Qh>>.

❸ Ver: CIDH. Opinião consultiva OC-13/93, 16 de julho de 1993, certas atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Artigos 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Costa Rica. Parágrafos 26-27.

❹ Disponível em: <<https://bit.ly/2lplMGl>>.

❺ São exemplos: a Lei de Hidrocarbonetos, a Lei da Indústria Elétrica e a Lei da Agência Nacional de Segurança Industrial e de Proteção ao Meio Ambiente do Setor de Hidrocarbonetos.



**Marisol Anglés Hernández**  
Pesquisadora em tempo integral  
do Instituto de Pesquisas  
Jurídicas da UNAM. E-mail:  
[marisol\\_angles@yahoo.com.mx](mailto:marisol_angles@yahoo.com.mx)

## COMÉRCIO JUSTO

# O movimento por um comércio justo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Marco Coscione

*Neste artigo, o autor analisa a relação entre o comércio justo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e adverte que a viabilidade dessas mudanças é de responsabilidade dos produtores, consumidores e funcionários públicos.*

O comércio justo é um movimento socioeconômico global, que propõe uma maneira diferente de entender as relações econômicas e comerciais. É um modelo de comércio que tem em seu centro os seres humanos e a sustentabilidade social, econômica e ambiental das sociedades, ao invés da maximização do lucro privado. Trata-se de um modelo que busca conferir dignidade ao trabalho de todos os atores envolvidos nas cadeias comerciais.

Os principais objetivos do movimento são: i) garantir aos pequenos agricultores e artesãos o acesso mais direto possível a mercados comprometidos com o comércio justo e a qualidade; ii) garantir aos agricultores e artesãos condições dignas de trabalho, promovendo o associativismo e empoderamento; e iii) promover a cultura e as práticas de consumo responsável.

O comércio justo se desenvolve com diferentes enfoques: o comércio justo Sul-Norte (o mais desenvolvido), o comércio justo Sul-Sul, Norte-Norte, Sul e Norte (ambos no nível local e nacional), o comércio justo entre o campo e a cidade, com certificações feitas por terceiros ou com sistemas participativos de garantias. Todas essas abordagens possuem princípios e valores comuns:

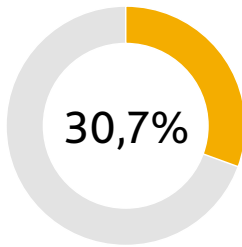
- criar oportunidades para os produtores que se encontram em desvantagem em relação aos atores dominantes;
- desenvolver relações comerciais estáveis e de longo prazo, baseadas no diálogo e no respeito mútuo entre produtores, compradores e consumidores;
- pagar um preço justo, um prêmio social e um pré-financiamento;
- rechaçar a exploração infantil e o trabalho forçado;
- promover a equidade de gênero e a não discriminação;
- garantir a liberdade de associação e ambientes de trabalho seguros e saudáveis;
- fomentar o desenvolvimento das capacidades dos grupos mais vulneráveis;
- promover os princípios e valores do comércio justo através da conscientização e da incidência social e política; e
- melhorar a sustentabilidade ambiental ao longo das cadeias de valor.

Esses princípios colocam em evidência o caráter multidimensional do enfoque de desenvolvimento do comércio justo – característica que, anos depois, se viu refletida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) entre os anos 2000 e 2015 e nos ODS, definidos para o período 2015-2030.

O ODM 8 estabelecia a necessidade de fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento sustentável. Hoje em dia, essa necessidade é cada vez mais evidente e urgente. Obriga-nos a repensar tanto as ações cotidianas dos cidadãos, eleitores e consumidores quanto as regras de convivência no âmbito local, nacional, regional e global. Um dos movimentos que propõe reescrever essas regras é justamente o do comércio justo.

Esse movimento constitui uma aliança global para o desenvolvimento. Portanto, é um aliado chave para alcançar os ODS. Além de multidimensional, a abordagem de desenvolvimento adotada pelo comércio justo envolve diversos grupos de interesse,

### Pobreza na América Latina



Fonte: CEPAL (2017)

incluindo produtores, trabalhadores, cooperativas, empresas, exportadores, importadores, supermercados, lojas especializadas e consumidores finais.

Em segundo lugar, o enfoque de desenvolvimento do comércio justo é multinível, pois suas organizações locais, nacionais, regionais e globais compartilham a mesma responsabilidade, dialogam a partir de suas diferenças e se coordenam internacionalmente, promovendo a participação entre esses níveis e estimulando iniciativas locais, nacionais ou regionais. Através desse equilíbrio, cada nível encontra seu lugar dentro do movimento, respondendo às diferentes culturas e contextos.

O ODS 1 busca reduzir a pobreza, garantir os direitos aos recursos econômicos e acesso aos serviços básicos, à propriedade e ao controle da terra. O comércio justo responde a esse objetivo, garantindo melhores condições para o comércio. Em termos econômicos, o comércio justo promove:

- o pagamento de um preço justo aos produtores, que ofereça uma remuneração digna pelo trabalho e pelos demais custos de produção. Além do preço mínimo, promove-se o pagamento de diferenciais pela qualidade do produto;
- o pagamento de um prêmio social às organizações ou comitês de trabalhadores para que possam realizar investimentos sociais. Assim, terão recursos para, por exemplo, investir em educação, proteção ambiental, saneamento, saúde e habitação. No caso das organizações, pode-se também melhorar os investimentos em produtividade ou qualidade dos produtos. Essas escolhas dependerão das decisões tomadas pelos produtores, de forma democrática, em resposta às necessidades e prioridades de suas famílias e comunidades; e
- o pré-financiamento, que encoraja o adiantamento de 50% a 60% do custo final do pedido. Isso responde a outra nítida barreira de mercado ainda enfrentada pelos pequenos produtores: a dificuldade de acesso a créditos e ao sistema bancário convencional.

O ODS 2 tem relação com a segurança alimentar e a agricultura sustentável. Várias de suas metas estão intrinsecamente relacionadas à esfera do comércio justo. Por exemplo: duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos (2.3); garantir a sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos e aplicar práticas agrícolas resilientes (2.4); corrigir e prevenir as restrições e distorções comerciais nos mercados agropecuários mundiais (2.5-2a). O comércio justo aborda de maneira direta ou indireta essas metas, além de outras. Aumentar a produtividade é um desafio para todas as organizações de produtores, assim como para os compradores e para o movimento em geral.

Por exemplo, desde 2014, a Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo (CLAC) está implementando o Programa de Aumento da Produtividade (PIP, sigla em espanhol), que tem como objetivo difundir e

---

*Além de multidimensional, a abordagem de desenvolvimento adotada pelo comércio justo envolve diversos grupos de interesse (...) Em segundo lugar, o enfoque de desenvolvimento do comércio justo é multinível, pois suas organizações locais, nacionais, regionais e globais compartilham a mesma responsabilidade, dialogam a partir de suas diferenças e se coordenam internacionalmente*

---

**CLAC**

Juntamente com a Fairtrade África e a Rede de Produtores da Ásia e do Pacífico, a CLAC é uma das três redes de produtores do sistema Fairtrade International. Em conjunto, as três representam a metade do sistema. A outra metade pertence às chamadas organizações nacionais de comércio justo (NFO, sigla em inglês), que se dedicam ao comércio dos produtos certificados com o selo do comércio justo e também à conscientização a nível nacional.

Na maioria dos países e principais setores produtivos certificados na América Latina e Caribe, os produtores se organizam através de coordenações nacionais e redes de produtos. A elas se soma a Rede de Trabalhadores a nível continental, para representar os trabalhadores rurais das empresas privadas certificadas. As coordenações nacionais de comércio justo representam os produtores de diferentes setores, mas de um mesmo país, enquanto as redes de produto articulam os produtores de um mesmo setor, mas de diferentes países. O trabalho das primeiras está mais concentrado na influência social e política nacional. Já as redes de produto estão mais voltadas aos aspectos produtivos e de mercado.

Os produtores e trabalhadores membros da CLAC estão distribuídos em 24 países da região. Os principais produtos certificados na região são: azeite, açúcar, banana, cacau, café, ervas aromáticas e chá, flores, frutas frescas, frutas secas, infusões, mel, nozes e sementes, sucos e polpas de frutas, quinoa, vegetais e vinho.

transferir tecnologia para a otimização do manejo agrônomo nas plantações de banana na Colômbia, Costa Rica, Equador, Panamá, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia.

Como vimos, a equidade de gênero (ODS 5) é outro pilar fundamental do comércio justo. Na América Latina e Caribe, a CLAC está impulsionando sua política de gênero, de fácil adaptação local por parte de todas as suas organizações. Nela, estão previstas estratégias concretas de empoderamento e transversalização de gênero, buscando aumentar a participação ativa das mulheres e dar impulso a programas de formação que permitam o empoderamento feminino em todas as atividades organizadoras, produtivas e comerciais.

No nível global, também existem experiências que podem ser definidas como "discriminação comercial positiva" – por exemplo, o caso do "Café Feminino". Com a compra do café que leva esse selo, os consumidores estão dispostos a pagar mais por um bem totalmente produzido e comercializado por mulheres.

Várias metas do ODS 8 também se relacionam diretamente com o comércio justo: erradicar o trabalho forçado; pôr fim às formas contemporâneas de escravidão e tráfico de pessoas; e proibir e eliminar as piores formas de trabalho infantil. Essa meta está diretamente vinculada a um dos princípios fundamentais do comércio justo e a uma das linhas estratégicas do trabalho da CLAC no âmbito continental.

Baseados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os padrões do sistema *Fairtrade* incluem os quatro direitos fundamentais reconhecidos na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho: i) liberdade sindical e negociação coletiva; ii) não discriminação; iii) abolição do trabalho forçado; e iv) efetiva abolição do trabalho infantil. Dentro dos esquemas produtivos do comércio justo, permite-se e fomenta-se a participação de meninos e meninas na economia familiar, desde que isso não interfira na educação, no lazer e no descanso; e desde que as tarefas realizadas sejam leves, não prejudiquem o bem-estar da criança e sejam supervisionadas por familiares adultos.

Na América Latina e Caribe, um exemplo disso é a política de proteção infantil e do adulto vulnerável<sup>1</sup> implementada pela CLAC. Essa iniciativa busca tanto a prevenção quanto a denúncia e proteção ante qualquer caso de abuso e das piores formas de trabalho infantil ou forçado. Os critérios *Fairtrade* também acompanham a meta 8.5, que visa à promoção de condições dignas de trabalho.

O ODS 10 busca reduzir a desigualdade dentro e entre países – o que, por sua vez, é um dos objetivos principais do comércio justo. O movimento promove um maior equilíbrio nas relações comerciais entre os países do Norte e do Sul. Além disso, busca reduzir



**Produtores de café  
participantes do  
movimento "comércio  
justo"**

**13.100**

Caribe

**90.700**

América Central

**101.800**

América do Sul

Fonte: FLO (2013)

desigualdades dentro dos próprios países: entre quem tem oportunidades e pode gozar delas e quem não tem; entre quem tem acesso a mercados, força comercial e pode negociar preços ou condições contratuais, e quem não pode fazê-lo; entre os que cumprem com os requisitos do sistema bancário convencional e podem ter acesso ao crédito, e os que não podem; e entre os que podem financiar pesquisas e adotar novas tecnologias, reduzindo custos e mitigando riscos da mudança climática, e os que não podem.

Por sua vez, o ODS 12 busca garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, propósito que se encontra no centro do movimento por um comércio justo. Dentre as metas desse objetivo, destacam-se: incentivar as empresas – sobretudo aquelas de grande porte – e as transnacionais a adotarem práticas sustentáveis (12.6); promover práticas de aquisição pública que sejam sustentáveis (12.7); e assegurar que todos tenham acesso à informação e aos conhecimentos necessários para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza (12.8).

O consumo próprio da empresa também deve ser considerado dentro da análise de práticas sustentáveis. Com isso, amplia-se a visão tradicional, focada apenas na produção ao longo da cadeia de valor. Em outras palavras, muitas empresas assumem o desafio da sustentabilidade dentro de sua cadeia de valor, mas continuam adquirindo todo tipo de produto para seu consumo interno. Nesses casos, o comércio justo incentiva as empresas a se tornarem consumidoras finais de produtos de comércio justo, mudando suas políticas de aquisição.

A mudança para um "comércio justo" exige um constante trabalho de conscientização e educação, não somente junto aos cidadãos e consumidores, mas também em parceria com as instituições públicas, o setor privado, o setor cooperativo e da economia solidária e a sociedade civil. As organizações de comércio justo em todo o mundo mantêm o firme compromisso de realizar esse tipo de atividades. Na América Latina e Caribe, a CLAC tem liderado duas campanhas dirigidas a atores externos ao movimento, para que se tornem aliados ativos do comércio justo.

A primeira de ditas campanhas leva o nome de "Universidades Latino-americanas pelo Comércio Justo"<sup>2</sup>. O objetivo é desenvolver, em conjunto com a academia, atividades de pesquisa, extensão e vinculação direta com as organizações de pequenos produtores do comércio justo e da economia solidária. As universidades formam os atuais e futuros tomadores de decisões políticas e econômicas. Além disso, desempenham um papel central em todos os processos de pesquisa e desenvolvimento. Por essas razões, a academia tem um enorme potencial para fomentar, de modo protagonista, relações comerciais mais justas e sustentáveis.

A segunda campanha é "Cidades e povos latino-americanos pelo comércio justo"<sup>3</sup>, que adapta, no âmbito continental, a campanha global *Fair Trade Towns*. Na América Latina e Caribe, a campanha busca construir estratégias locais de promoção do comércio justo, por meio do trabalho em conjunto entre três atores fundamentais: i) produtores de comércio justo e suas organizações; ii) autoridades locais e seus representantes; e iii) organizações da sociedade civil local.

---

*muitas empresas assumem o desafio da sustentabilidade dentro de sua cadeia de valor, mas continuam adquirindo todo tipo de produto para seu consumo interno. Nesses casos, o comércio justo incentiva as empresas a se tornarem consumidoras finais de produtos de comércio justo*

---

O comércio justo também contribui para as metas do ODS 13: fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados com o clima e os desastres naturais em todos os países (13.1); incorporar medidas relativas à mudança climática nas políticas, estratégias e planos nacionais (13.2); melhorar a educação, a conscientização e a capacitação humana e institucional a respeito da mitigação da mudança climática, a adaptação a ela, a redução de seus efeitos e o alerta antecipado (13.3).

Mudanças climáticas são uma realidade e todos os produtores estão sofrendo há anos suas consequências. Os padrões *Fairtrade* promovem um uso mais eficiente da energia, do solo e dos recursos naturais e hídricos. Além disso, na América Latina e Caribe, a CLAC tem apoiado os produtores em seus processos de adaptação à mudança climática, ao mesmo tempo em que se desenvolvem ações para conscientizar a sociedade e os tomadores de decisões. Um dos aspectos mais importantes defendidos pela CLAC é a urgente necessidade de compartilhar os riscos da mudança climática ao longo de toda a cadeia de valor, já que atualmente quem assume os riscos são sobretudo os produtores, em especial os pequenos produtores. Para isso, é necessário unir os compromissos de atores do governo, setor privado, cooperação internacional, sociedade civil e das próprias organizações produtivas da economia social e solidária.

O ODS 16 busca promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Nesse sentido, o movimento por um comércio justo contribui para garantir a adoção, em todos os níveis, de decisões inclusivas, participativas e representativas (16.7). A inclusão e participação efetiva dos produtores nas cadeias comerciais e nos processos de tomada de decisões políticas e sociais são pilares fundamentais do movimento e do trabalho cotidiano da CLAC na América Latina e Caribe. Os pequenos produtores agrícolas não podem ser considerados apenas beneficiários das políticas públicas: devem poder participar ativamente nos processos de desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas ou de programas de cooperação em cada país. O ODS 16 é um marco favorável para essa participação direta.

Por fim, o ODS 17 busca revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, cujas metas podem se beneficiar em larga medida com as contribuições do comércio justo. Alcançar um desenvolvimento sustentável ou o "bem-estar" exige mudanças profundas nos padrões produtivos e de consumo globais. Tais mudanças não constituem uma responsabilidade exclusiva dos produtores e dos consumidores, mas também do sistema político de nossas sociedades.

---

❶ Ver: <<https://bit.ly/2lAAq5R>>.

❷ Ver: <<https://bit.ly/2N3NWvh>>.

❸ Ver: <<https://bit.ly/2lv4oBw>>.



**Marco Coscione**  
Coordenador do Programa  
Comércio Justo (CIESCOOP-  
USACH, Chile).

## AGRONEGÓCIO

# Como a adequação ao Código Florestal pode transformar a agropecuária brasileira

Rodrigo Lima

*Ao debruçar-se sobre o histórico da regulação ambiental no Brasil, o autor analisa os dispositivos do Código Florestal aprovado em 2012 e as práticas sustentáveis que podem contribuir para a consolidação de uma agropecuária de baixo carbono no país, agregando valor aos produtos brasileiros no comércio global.*

A conservação e a restauração da vegetação nativa são práticas extremamente relevantes quando se trata de serviços ecossistêmicos, biodiversidade, água, solo, carbono, entre outros indicadores ambientais. Evitar a perda de áreas preservadas e promover a restauração são ações que constituem um caminho capaz de incrementar estoques de carbono, recuperar áreas degradadas e até mesmo gerar uma economia baseada no uso sustentável das florestas.

Apesar das políticas de conservação serem mais proeminentes em áreas públicas, o Brasil possui um diferencial: essa prática também ocorre em propriedades privadas, em função de requisitos trazidos pelas leis florestais desde 1934. Mais especificamente, em 1965 foi criado o Código Florestal, impondo exigências quanto à manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de parte dos remanescentes em cada posse ou propriedade, de acordo com o bioma. Essas áreas passaram a ser denominadas Áreas de Reserva Legal (ARL) em 1989.

Vale destacar que, no decorrer do tempo, a lei foi alterada diversas vezes até a última reedição da Medida Provisória 2.166-67, em 2001. Em 2008, produtores passaram a ser multados pela não conservação dessas áreas, o que motivou intensas discussões sobre a revisão das regras, que, na prática, precisariam ser definidas por uma lei.

A aprovação da Lei de Proteção de Vegetação Nativa, em 2012, motivou diversas críticas e um intenso debate jurídico que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a constitucionalidade das novas regras, especialmente as alternativas de regularização para quem desmatou até 22 de julho de 2008.

Além de dispor sobre as alternativas de regularização para quem desmatou até esse prazo, o Código trouxe previsibilidade ao estabelecer um regime geral de adequação para quem suprimiu vegetação após esse marco e, ainda, criou um processo de adequação baseado no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e nos Termos de Compromisso.

Em fevereiro de 2018, o STF pacificou a constitucionalidade do Código Florestal. O Tribunal manteve a grande maioria das regras questionadas, especialmente a possibilidade de se adequar sem sofrer penalidades até que sejam cumpridas as obrigações de restauração, alterando aspectos relacionados às APPs intermitentes, que também deverão ser recompostas.

No entanto, ainda é preciso avançar para que sua implementação ocorra e a restauração, com e sem fins econômicos, ganhe espaço. Dados atualizados do CAR, de maio de 2018, apontam para uma área cadastrada de 448 milhões de hectares, divididos por 5,1 milhões de posses e propriedades rurais. Eles indicam a existência de 102 milhões de hectares de ARL e 18,5 milhões de hectares de APPs, o que compreende aproximadamente 14% do território brasileiro. Porém, ainda apresentam incertezas, na medida em que precisam ser avaliados a fim de remover sobreposições e permitir ajustes – o que, ao longo do tempo, gerará uma base de dados atualizada sobre o total de áreas conservadas, bem como de passivos de APPs e ARLs.

**Em 2018, o Brasil  
conta com:**

**102 milhões**  
de hectares de área de ARL

**18,5 milhões**  
de hectares de área de  
APPs

Vale lembrar que o Código Florestal compõe as contribuições do Brasil junto ao Acordo de Paris, justamente pelo fato de ser uma lei ambiciosa, que trata de um tema relevante e permite gerir de forma estruturada uma vasta extensão territorial, além de coibir e controlar desmatamento de maneira muito mais avançada. O Código Florestal também abre espaço para a valorização da vegetação nativa, tema que ainda carece de conhecimento e, principalmente, de mecanismos financeiros que permitam viabilizar a conservação e fomentar o que denomina pagamento por serviços ambientais.

Produtores que já cumprem os requisitos de APPs e ARLs possuem um diferencial advindo da conservação de vegetação nativa que não é reconhecido pela sociedade. A área conservada dentro de uma cooperativa, de uma associação de produtores ou de produtores individuais integra a paisagem e presta serviços ambientais que beneficiam de forma mais direta os moradores da região e, de maneira mais ampla, a sociedade.

Nesse sentido, o efetivo cumprimento do Código Florestal agrega atributos ambientais aos produtos brasileiros, o que é fundamental quando se discute como caracterizar a produção sustentável de alimentos e as energias renováveis. Junto com a adoção de boas práticas produtivas, o uso racional de água e de insumos, a implementação de práticas que permitam ganhos de produtividade em uma mesma área, o fomento à adaptação dos sistemas produtivos, a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e a conservação e restauração de vegetação nativa são elementos que compõem os pilares do conceito de agropecuária de baixo carbono.

Este é o tema da agenda das discussões do Acordo de Paris, da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) e de políticas agrícolas nos principais países produtores e exportadores de alimentos. No Brasil, o Plano ABC (Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura), aprovado em 2011, reúne práticas de baixo carbono, e os Programas ABC, aprovados anualmente no âmbito do Plano Safra, fomentam as práticas com juros mais baratos.

Plantio direto, fixação biológica do nitrogênio, restauração de pastagens, integração lavoura-pecuária-florestas e tratamento de dejetos são algumas das ações que compõem a agropecuária de baixo carbono brasileira.

Da mesma forma que o Código Florestal integrou as contribuições brasileiras ao Acordo de Paris, o aprimoramento do Plano ABC e, especificamente, a restauração de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a implementação de 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta são ações que deverão nortear o desenvolvimento da agropecuária brasileira nas próximas décadas.

Iniciativas como essa mostram não apenas o esforço investido em aliar produção e conservação, mas sim uma sinergia com diretrizes amplas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que incluem ao menos 9 ODS relacionados a produção, consumo e acesso de alimentos:

- ODS 2: erradicação da fome, garantia da segurança alimentar, melhoria do quadro de nutrição e promoção da agricultura sustentável;
- ODS 3: garantia de uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades;
- ODS 7: garantia do acesso à energia confiável, sustentável e moderna para todos;
- ODS 8: promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, o pleno e produtivo emprego e o trabalho digno para todos;
- ODS 10: redução das desigualdades dentro e entre os países;

- ODS 13: adoção de medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos;
- ODS 12: consumo e produção sustentáveis;
- ODS 14: conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; e
- ODS 17: fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A produção de alimentos e energias renováveis está associada a diversos objetivos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação. Seja pela geração de empregos que sigam os princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou pelo crescimento econômico e redução de desigualdade, a produção agropecuária é inerentemente constituída por práticas que permitam produzir e se adaptar às mudanças climáticas e por parcerias voltadas à adoção dos variados ODS e à produção e orientação do consumo de maneira a privilegiar práticas responsáveis.

A produção agropecuária está intrinsecamente ligada a aspectos ambientais que são relevantes para a sustentabilidade da atividade produtiva. A conservação da fertilidade do solo é apenas um dos itens críticos quando se pensa em incrementar produtividade no longo prazo. Água, biodiversidade, polinização são outros temas normalmente presentes nas áreas produtivas tendo como base o cumprimento das regras do Código Florestal.

É evidente que, ao restringirem a utilização de parcela de uma propriedade, os requisitos de APPs e/ou ARLs tolhem, no curto prazo, a disponibilidade de usufruir de toda a área. No entanto, a conservação de vegetação nativa se torna um fator crucial para a manutenção da capacidade produtiva no longo prazo. Levando-se em conta que produzir e conservar integram uma demanda global e que os produtores brasileiros, por conta do Código Florestal, começam a torná-la realidade, cria-se uma enorme oportunidade para diferenciar a produção agropecuária brasileira quando se trata de sustentabilidade.

Espera-se que nos próximos anos a agenda de adequação cresça, o que constituirá uma demanda por crédito e por formas de financiar a restauração e conservação das áreas já preservadas, tendo como ativos os benefícios produzidos pelos serviços ambientais nas propriedades privadas. Em paralelo, é preciso pontuar que a possibilidade de promover o uso econômico da Reserva Legal tenderá a criar oportunidades de manejo dessas áreas para diversos produtos.

Além disso, o potencial de expandir boas práticas que permitem aumentar a produtividade, aprimorar o manejo do campo e da agroindústria, fomentar a adaptação e ainda reduzir emissões de GEEs pode agregar ainda mais critérios sustentáveis à produção brasileira.

Parece inegável que produtos que carreguem os atributos acima possuam diferenças quando se trata das discussões sobre desenvolvimento sustentável. A despeito do fato de que esses temas também têm sido debatidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), não parece factível que seja possível tratar de forma diferenciada – via tarifas mais baixas, por exemplo, produtos similares pelo fato de carregarem atributos ambientais. Ao menos a prática do comércio e das negociações internacionais de comércio e meio ambiente evidenciam esse fato, somado a posições usualmente críticas quando se trata de agropecuária brasileira.

No entanto, pode-se dizer que cumprir o Código Florestal e ainda agregar boas práticas produtivas são diferenciais que precisam ser trabalhados no que se refere à imagem dos produtos brasileiros no exterior. A transparência em relação às práticas adotadas e a habilidade de traduzir essas ações cabe ao setor privado e ao governo – o que é uma tarefa permanente.



**Rodrigo Lima**

Sócio-diretor da Agroicone.

E-mail: rodrigo@agroicone.com.br


## G20

# G20: re-imaginando a formulação de regras globais sobre comércio e mudança climática

James Bacchus

*Este artigo sustenta que uma das prioridades do G20 sob a Presidência da Argentina deve ser orientar os trabalhos no âmbito da OMC e da UNFCCC na direção de ações mais concretas com vistas ao incremento do comércio e, simultaneamente, ao avanço no combate à mudança climática.*

A recente escolha da Argentina para a Presidência do G20 oferece uma nova oportunidade para que o grupo inspire práticas de cooperação pelo desenvolvimento sustentável, dando início a uma transição fundamental na Organização Mundial do Comércio (OMC), que busca ajustar as regras comerciais para fazer frente à realidade cada vez mais preocupante da mudança climática.

Em 2016, o G20 adotou a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável como peça central de seu plano de trabalho no âmbito global. Com efeito, tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos é um dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) . Por sua vez, isso não pode ser alcançado sem que o nexos entre comércio e mudança climática seja tomado em consideração.

## O nexos entre comércio e clima

A constatação de que comércio e clima são inextricavelmente entrelaçados ainda não se encontra refletida nas agendas da OMC e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Negociadores do clima relutam em falar sobre comércio; negociadores do comércio relutam em falar sobre mudança climática. Em grande medida, esses profissionais vivem e trabalham em nichos separados.

Contudo, sem novas regras da OMC para lidar com a sobreposição dos esforços globais para liberalizar o comércio mundial e responder à mudança climática, é inevitável que haja uma colisão no mecanismo de solução de controvérsias da OMC. De fato, é possível que se multipliquem os conflitos legais decorrentes de medidas nacionais supostamente adotadas em resposta à mudança climática e que resultam em barreiras ao comércio internacional. Qualquer colisão desse tipo ameaça a legitimidade e eficiência dos trabalhos em curso tanto no regime de comércio quanto do clima.

Se essa iminente colisão não for evitada, ações climáticas mais ambiciosas serão retardadas e o "protecionismo verde", sob a forma de abuso das restrições comerciais, será abundante. Prejudicados pelas tensões derivadas dos atritos legais no âmbito da OMC, os regimes globais de comércio e clima não lograrão preservar sua credibilidade e capacidade de avançar em direção a seus respectivos objetivos.

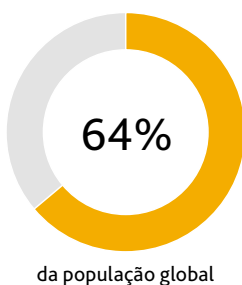
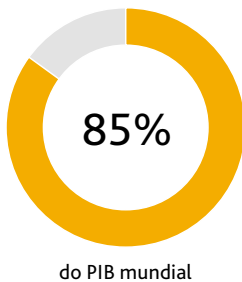
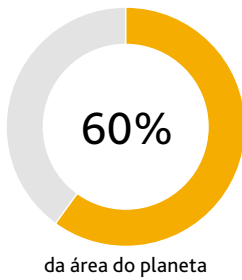
## Re-imaginando as regras da OMC

Durante a Presidência da Argentina, uma das prioridades do G20 deve ser iniciar ações com vistas à prevenção de atritos legais entre regras comerciais e climáticas. Mais do que isso, é preciso direcionar os trabalhos da OMC e da UNFCCC no sentido de ações mais afirmativas que permitam re-imaginar regras comerciais com vistas, simultaneamente, ao incremento do comércio e ao combate à mudança climática.

Mais especificamente, essas iniciativas do G20 devem apontar para um *waiver* climático da OMC, com o objetivo de facilitar e avançar ações climáticas internacionais e nacionais. Quando evocado, o *waiver* serviria como uma exceção cuidadosamente definida e limitada em relação a regras da OMC. Com isso, seria possível avançar na ação climática sem exigir qualquer modificação das regras básicas que regem o sistema multilateral. Por essa



## O G20 em números



Fonte: Eurostat (2013)

razão, entre as várias opções disponíveis no repertório de regras da OMC<sup>3</sup>, um *waiver* criado para remodelar as regras comerciais com o único propósito de avançar no combate à mudança climática contribuiria significativamente para retardá-la, ao mesmo tempo em que ofereceria um menor risco às regras básicas de não discriminação, que conferem sustentação à OMC.

A necessidade de re-imaginar as regras da OMC por meio da adoção de um *waiver* climático e de outras iniciativas pode incluir temas como: esclarecer a legalidade dos impostos sobre o carbono como ajustes fiscais na fronteira, especificando que as regras da OMC apoiam a criação e conexão de mercados de carbono<sup>4</sup> e clubes climáticos; eliminar tarifas sobre bens e serviços ambientais<sup>5</sup>; definir regras sobre subsídios aos combustíveis fósseis<sup>6</sup>; regular a energia renovável e outros subsídios verdes<sup>7</sup>; e concluir um acordo de comércio de energia sustentável<sup>8</sup>.

Esses e outros horizontes de re-imaginação das regras da OMC podem acelerar a ação climática de várias formas. Por exemplo, eliminar a atual incerteza legal em torno dos impostos sobre o carbono de ajuste na fronteira encorajaria a ação climática no âmbito doméstico, ao reduzir os receios de que o vazamento de carbono pode prejudicar a competitividade nacional. Outro exemplo: criar regras de subsídios aos combustíveis fósseis pode reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs) em 18% até 2050<sup>9</sup>. A liberalização do comércio de bens e serviços ambientais pode – para citar apenas um exemplo – aumentar o uso de lâmpadas mais eficientes em termos energéticos, economizando, apenas nos Estados Unidos, quilowatt-horas equivalentes a 120% das emissões anuais de GEEs decorrentes do uso de carvão no estado de Maine<sup>10</sup>.

Inicialmente como parte de um *waiver* climático, um acordo de comércio de energia sustentável poderia vincular, em um primeiro momento, apenas os membros da OMC que escolhessem ser parte dele. Com o tempo, mais países poderiam aderir ao acordo, de modo que este possa se transformar em um acordo plurilateral dentro do marco legal da OMC e, eventualmente, tornar-se um instrumento multilateral.

As provisões adicionais desse acordo de comércio de energia sustentável podem incluir o reconhecimento mútuo e a harmonização dos padrões e regulações técnicas que frequentemente servem como barreiras não tarifárias ao comércio de energia limpa; a anulação de restrições às compras governamentais que distorcem o comércio de energia limpa; e temas de energia sustentável relacionados à política de investimentos, política de concorrência e propriedade intelectual, além de outros aspectos de transferência e difusão de tecnologia.

Fora da OMC, o G20 pode inspirar ações no regime climático e outras instituições e iniciativas internacionais voltadas à criação de “medidas de resposta” legítimas no âmbito nacional, a fim de, por exemplo, melhorar a eficiência energética, estimular práticas de redução no consumo de carbono, combater o carbono negro, conter as emissões da aviação comercial internacional e do transporte marítimo e promover a agricultura sustentável.

### Compromissos do G20

Para dar início a essa transição, o G20, sob a liderança da Argentina, deve reafirmar o papel central da OMC do comércio na governança global, a necessidade de tomar medidas

*sem novas regras da OMC para lidar com a sobreposição dos esforços globais para liberalizar o comércio mundial e responder à mudança climática, é inevitável que haja uma colisão no mecanismo de solução de controvérsias da OMC.*

no sentido de fornecer soluções multilaterais de comércio e a importância não apenas de resistir ao protecionismo, mas também de fazer recuar a recente onda de medidas protecionistas no mundo.

Ao mesmo tempo, o G20 deve reafirmar a necessidade de uma maior cooperação internacional para deter a mudança climática, cumprindo os compromissos firmados no Acordo de Paris. Deve também utilizar o poder mobilizador de sua influência econômica global para aproximar os regimes de comércio e do clima, atualmente distantes, buscando uma reconciliação legal entre tais regimes – movimento necessário para atingir as metas da Agenda 2030.

Em uma época em que as práticas do governo estadunidense têm destoado em temas da agenda global, é possível esperar que formas construtivas de engajar os Estados Unidos sejam encontradas nos demais membros do G20. Caso contrário, os outros países devem seguir em frente sem os Estados Unidos – atuando, na realidade, como G19.

---

❶ Este artigo foi originalmente publicado no blog do ICTSD: <<https://bit.ly/2Fs1f7P>>.

❷ Mais especificamente, o ODS 13 trata desse nexo de forma explícita. Ver: <<https://bit.ly/2nuSqiv>>.

❸ Ver: <<https://bit.ly/2mrV8Fy>>.

❹ Ver: <<https://bit.ly/1DJRHQ5>>.

❺ Ver: <<https://bit.ly/2JysDze>>.

❻ Ver: <<https://bit.ly/2uwAUik>>.

❼ Ver: <<https://bit.ly/2Llji2K>>.

❽ Ver: <<https://bit.ly/2jl0iV7>>.

❾ Disponível em: <<https://bit.ly/1LYGt8G>>.

❿ Disponível em: <<https://bit.ly/2JAcklb>>.



**James Bacchus**

Consultor-sênior do ICTSD.  
Professor emérito para Assuntos  
Globais da University of Central  
Florida. Ex-presidente do Órgão  
de Apelação da OMC.

# Publicações



## **O que um acordo de facilitação de investimentos na OMC pode fazer para o desenvolvimento sustentável?**

**ICTSD – junho 2018**

Este artigo analisa a correlação institucional entre as medidas de facilitação de investimentos propostas pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O estudo sustenta que a preocupação institucional no centro das medidas de facilitação de investimentos é, por si só, propícia para alcançar muitos dos objetivos traçados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O trabalho sugere que uma facilitação de investimentos que acomode uma flexibilidade institucional e experimentação nas estruturas domésticas dos membros da OMC pode dar início a um processo de racionalização e coordenação de agências e instituições nacionais e regionais de acordo com as metas e prioridades de desenvolvimento de cada país. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



## **Acesso à informação, participação e justiça em questões ambientais na América Latina e Caribe: rumo à realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

**CEPAL – fevereiro 2018**

Beneficiando-se do material compilado no Observatório do Princípio 10 na América Latina e no Caribe, este documento analisa, em 33 países da região, as leis e marcos institucionais que protegem os direitos de acesso à informação, participação e acesso à justiça em assuntos ambientais, consagrados no Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Uma versão anterior deste documento foi publicada em outubro de 2013: a atualização busca dar conta dos desdobramentos recentes nessa área no âmbito regional. Ademais, o estudo oferece novos exemplos de boas práticas e temas emergentes. Para acessar o texto completo, clique [aqui](#).



## **Os desafios da América Latina e Caribe em relação ao financiamento para o desenvolvimento no contexto da Agenda 2030**

**CEPAL – abril 2018**

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Addis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, o Marco Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 e o Acordo de Paris sobre o Clima são documentos que delineiam uma nova agenda de desenvolvimento. Esse repertório regulatório implica uma profunda transformação do desenvolvimento sustentável, que requer uma grande mobilização de recursos internos e externos, acompanhada de uma mudança no financiamento, na organização e na alocação de recursos. O texto pode ser acessado [aqui](#).



## **Avaliação de oportunidades de participação e acesso ao financiamento climático na Colômbia**

**Associação Ambiente e Sociedade – abril 2018**

Sendo o segundo país com a maior biodiversidade do planeta e um dos mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, a Colômbia tornou-se o quarto maior receptor de fundos climáticos entre 2011 e 2015, superado apenas por Brasil, México e Chile. Contudo, os fundos disponíveis têm origens, financiadores e estruturas legais diferentes, o que exige um reordenamento político e legal na Colômbia. Diante desse quadro, este documento analisa os fundos de cooperação no combate à mudança climática e a agenda de paz na Colômbia e oferece algumas recomendações para o fomento de mecanismos de monitoramento e participação de comunidades. Para acessar o texto, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliarem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

ISSN 1813-4394

